

MARIA ANTÓNIA MARQUES FIALHO COSTA CONDE

**O Sentido do Tempo num Espaço Conventual**  
*S. Bento de Cástris*

ÉVORA  
1996 - 1997

## O SENTIDO DO TEMPO NUM ESPAÇO CONVENTUAL: S. BENTO DE CÁSTRIS

*Maria Antónia Marques Fialho Costa Conde\**

Vários têm sido os Autores para quem S. Bento de Cástris, mosteiro cisterciense feminino de Évora, tem sido alvo de estudo, em especial cronistas da Ordem de Cister, historiadores de Arte e investigadores locais. Uma das fulcrais questões sem dúvida que é a sua data de origem, além do seu enigma construtivo, que sobrepõe diversas épocas e influências; o Padre Manuel Fialho, na sua obra *Évora Ilustrada*<sup>1</sup>, inicia o capítulo dedicado a este mosteiro sugerindo uma das principais questões a quem se dedicar ao estudo deste espaço conventual e suas dependências: o conjunto é-nos apresentado como "... *convento de Religiosas de S. Bernardo, e teve princípio no ano do Senhor de 1169 ou 1275...*".

Diversos são os relatos, convergindo em alguns pontos, sobre a fundação da comunidade religiosa de S. Bento de Cástris, que só mais tarde viria a ser mosteiro (só o terá sido, enquanto tal, no último quartel do século XIII, se considerarmos mosteiro como o complexo arquitectónico que abriga uma comunidade regular, compreendendo o sector religioso - igreja e anexos -, os serviços - claustro, sala capitular, refeitório, cozinha, dormitório, enfermaria, hospedaria - e outras dependências - celeiros, estábulos, lagares, etc. -). O seu início está ligado, tal como em comunidades congéneres, a um grupo eremítico no século XII, em que Urraca Ximenes desempenhava papel de liderança, e que terá fundado um retiro junto a uma ermida situada em local onde o Bispo de Évora vira uma resplandecente luz, cruciforme, em vésperas do dia de S. Bento, 21 de Março, (ou, segundo outros, a figura do próprio Santo) e por isso a ele dedicada; aí terão ocorrido inúmeras obras milagrosas, aumentando o grupo eremítico inicial e chamando muitas devotas. A Regra cisterciense só mais tarde viria a ser observada por este grupo de religiosas, como aconteceu a diversos grupos eremíticos, nomeadamente na cidade de Évora, adoptando as mais variadas observâncias.

Parece-nos que, datando de 1275 o primeiro documento referente a S. Bento de Cástris como mosteiro cisterciense - petição de Domingas Soeira junto ao Papa (através do cardeal português Pedro Julião), em nome da Comunidade, para que fosse autorizada a adopção da Regra de Cister -, representa este mosteiro uma simbiose de diversos critérios expressos quanto à sua fundação: grupo eremítico de devotas, inicialmente de cariz simplesmente familiar e que com o tempo se viu acrescentado, mas que já no seu início enquanto comunidade cisterciense vinha respeitando as regras de isolamento exigidas por Cister e depois reforçadas, com a intervenção directa de Estêvão Martins, então Abade Geral de Alcobaça - encontrando-se o mosteiro desde o seu início ligado a Alcobaça, enquanto Abadia-Mãe (responsável pelas periódicas Visitas) e não a Claraval.

Sendo possível datar com maior precisão a fundação dos outros mosteiros femininos

\* Universidade de Évora - Departamento de História

em Portugal do século XIII - S. Mamede de Lorvão, S. Pedro de Arouca, S. Salvador de Bouças, Santa Maria de Celas, e todos estes ligados às Santas Princesas, Santa Maria de Cós, Santa Maria de Almoester e S. Dinis de Odivelas -, a ambiguidade em relação a S. Bento de Évora persiste: ele é documentado desde 1275, altura em que se ligou à Ordem de Cister, ou seja, em termos de fundação cisterciense, não transparecendo a data do seu início enquanto comunidade religiosa feminina. Lembremos também que se os primeiros cronistas da Ordem de Cister, nomeadamente Frei Bernardo de Brito, acabam por chegar a uma conclusão com um mínimo de homogeneidade - seria este o primeiro mosteiro de religiosas cistercienses em Portugal senão mesmo de toda a Península - esta ideia é por demais refutada por alguns Autores, e segundo documentação vária já publicada, parece-nos clara a existência anterior de Santa Maria de Cós, mosteiro fundado antes de 1241.

As doações e privilégios são fundamentais para a compreensão da evolução do espaço e funções do mosteiro; determinantes são as suas relações com a Coroa, num conjunto patrimonial do mosteiro que ganha força a partir de meados do século XV, perdendo alguma apenas no primeiro quartel do século XVII; só um vasto património, sob diversas formas, poderia garantir elevados rendimentos derivando estes em significativas intervenções/aplicações no único local onde a comunidade podia dele directamente usufruir: o mosteiro.

O apoio e a intervenção dos monarcas ao mosteiro fica demonstrado nas diversas Chancelarias, sendo contínuo, com maior ou menor força, desde D. Fernando a D. José. Expressa-se na cedência de bens fundiários - D. Duarte e D. Afonso V -, de bens rústicos urbanos - D. Afonso V -, de inúmeras Cartas de Privilégio - D. João I, D. Manuel, D. João III, D. Sebastião, D. Henrique, Filipe I, Filipe II e D. João IV -, Cartas de Protecção e Provisões - D. Afonso V, D. João III, D. Sebastião, Filipe II, D. João VI e Pedro IV -.

Os Padroados e os Verbamentos a juro, também cedidos pelos monarcas, são importantes para o crescimento dos bens móveis do mosteiro, em especial sob a forma pecuniária: são os Padroados, que surgem no século XV, e os Verbamentos a Juro, cerca de um século depois<sup>2</sup>.

D. João III cede ainda seis arrobas de açúcar - lembremos os "papos de anjo" feitos pelas freiras - e duas de cera, D. João IV faz a cedência de uma pena de água na arca do cano da Água de Prata e ainda de especiarias: o mosteiro poderia ter cravo, gengibre e pimenta na Casa da Índia (curioso é o facto de as freiras de S. Bento terem chegado a participar em seguros marítimos de viagens para a Índia e de, em ocasiões festivas, servirem as suas especialidades a nível da doçaria, por exemplo, em finíssima louça oriental); a documentação do mosteiro, no seu Livro da Feitoria, acentua em finais do século XVII a presença de especiarias no mosteiro, destinadas em especial à Cozinha mas também à Enfermaria - açafraão, canela, pimenta, cheiros, benjoim, cravo grosso e fino, ervadoce, cominhos, jarzelim, ruibarbo, almíscar, são despesas ordinárias nos orçamentos mensais.

Na documentação local é possível avaliar a importância da acção dos particulares - doações e dotes - na evolução do património acima citado. O primeiro dote que localizámos data de 1392, sob a forma de bens de raiz - herdades - e que foram pro-

gressivamente aumentando em herdades, casas, vinhas e hortas, além das posteriores propinas pecuniárias. Os seus bens de raiz são emprazados desde muito cedo, - o mais antigo emprazamento é de 1256 (lembramos a data da fundação oficial) - e a doação documentada mais antiga desse tipo de bens é de 1287, doações de bens móveis e de raiz que se vão acentuar a partir de meados do século XIV.

A partir de meados do século XV existem referências a recebimentos de rendas e doações em libras; porém, já em 1382 em Alvará de D. Fernando, se autoriza o herdamento, por parte das freiras de 500 libras<sup>3</sup>. Também os emprazamentos cujo foro era pecuniário se acentua no século XVI.

Desta forma, o património do mosteiro, repartido entre herdades, foros de casas na cidade (residências, mas também adegas e estalagens) - que representavam cerca de 50% dos rendimentos do mosteiro<sup>4</sup> - e outros foros (moinhos, Estanco do tabaco, Alfândega de Lisboa, etc.), resultava em grande parte de uma linha que apostava na "ecologia humana", uma vez que procurava combinar de forma harmoniosa os dois elementos fundamentais que definem a paisagem: o espaço e os homens. Agiu sobre a organização do espaço, nomeadamente à volta da Cerca conventual, chegando a converter-lhe as funções, e sobre os homens que o ocupavam - ao exigir determinado tipo de foros, que não pecuniários, incitava a determinado tipo de culturas. Sublinhemos que uma boa parte das rendas do mosteiro se dirigia também para a conservação física desses espaços: no espólio documental do mosteiro, inúmeras são as referências aos reparos nos montes e instalações afins.

Obedecendo a uma harmonia e a uma distribuição de espaços típicas das comunidades cistercienses, desenvolve-se este mosteiro em planta quadrilátera, com as construções das alas sul, este e oeste em ângulo recto, apresentando a ala norte alguma obliquidade; é um conjunto arquitectónico onde se revela o particularismo arquitectónico alentejano entre fins do século XV e inícios do século seguinte: hibridismo de elementos, influências várias - mediterrânicas, mudéjares, do gótico final - procurando a simbiose desses mesmos elementos com as exigências da Ordem.

Interessantes testemunhos góticos subsistem, particularmente os da ala nascente do Claustro, onde se localiza a primitiva Sala do Capítulo, Claustro que também neste conjunto arquitectónico alia a funcionalidade à simplicidade, apelando à contemplação e à meditação.

Se a Igreja primitiva data de 1380, supondo-se neste contexto a distribuição dos espaços essenciais - Dormitórios, Refeitório - à volta de um primitivo Claustro com galerias apenas nas alas Sul e Nascente, e que marcariam respectivamente a Ala das conversas e a Ala das monjas, vastas obras ocorreram no século XVI no reinado de D. Manuel, tendo prosseguido nos reinados seguintes toda uma renovação arquitectónica que ficou bem expressa em S. Bento de Cástris. As rendas dos mosteiros da Ordem foram inquiridas por D. Manuel, reflectindo-se, porque muito parcas, nas frágeis construções dos mosteiros - presença exclusiva de "saybro e ripa" -, urgindo uma intervenção planeada. S. Bento de Cástris não foi excepção, e as intervenções posteriores acabaram sempre por reflectir a opulência económica do mosteiro.

Por alvará de D. Manuel de 4 de Dezembro de 1520 é confirmado o contrato celebrado entre Estêvão Lourenço, pedreiro, e o amo do Príncipe (Bartolomeu de Paiva),

por mandado do rei, acerca das duas quadras do Claustro do mosteiro de S. Bento de Cástris, a construir de acordo com as outras duas que já estavam construídas - alas sul e nascente-; o contrato foi celebrado em 29 de Dezembro de 1520, tendo sido publicado já por Sousa Viterbo<sup>5</sup>.

Curiosa é a terminologia empregue, e pelo documento podemos saber como era a cobertura original do claustro de Cástris, uma vez que a que hoje existe é resultado de intervenções nos séculos sucedâneos, em especial o XVIII e o XX.

Analisemos em pormenor a intervenção melhor documentada que temos, a de Estêvão Lourenço, em 1520. Tecnicamente, nas fundações temos o uso de alicerces de alvenaria para sustentação dos pegões, até ao nível do chão, sendo depois de pedraria.

As colunas a realizar estavam também sujeitas a algumas medidas de carácter técnico-decorativo: as bases, fustes e capitéis respeitariam os anteriores, havendo que observar a segurança oferecida pelo simples poial que existia: se estava forte e seguro para suportar as colunas, e, se necessário, repará-lo e refundá-lo, reparando, limpando e chanfrando as lages existentes à maneira das outras.

Houve, segundo o documento, significativa intervenção de Estêvão Lourenço nas colunas existentes: foram lavradas e limpas, de maneira a parecerem novas, sendo escolhidas as melhores e maiores bases e capitéis, de maneira a serem lavrados para ficarem conformes aos novos, reconhecendo porém o documento que eles eram "de outro lavramento" e, na falta de alguns, seriam colocados nos anteriores lanços capitéis recentes.

Quanto ao sistema de cobertura e materiais usados, as duas quadras já existentes apresentavam cobertura de madeira, assentando sobre as colunas, sendo na altura homogeneizado todo o sistema de cobertura:

- sistema de abóbadas de cruzeiro, de tijolo chanfrado e alvenaria, sendo o número de capelas correspondente ao número de abóbadas, tal como acontecia nos outros lanços;
- as abóbadas assentavam em "pegões" de pedraria, com três palmos de sacada e cinco palmos fora da parede, do lado de dentro do claustro; de pilar a pilar haveria dois archetes das dimensões dos existentes nos outros lanços, com os "chebretes" correspondentes do lado da crasta.

Do lado dos pegões havia "buees" de tijolo da grossura das colunas, apresentando meias bases e meios capitéis.

As abóbadas seriam telhadas, de acordo com as outras, que na ocasião foram inspecionadas; antes da telha, seriam entulhadas e postas a escorrer para o lado do pátio.

Finalmente, as regras que geriam os acabamentos: toda a obra seria guarnecida e "apincelada", a pedraria muito bem cintada, de molde a garantir a segurança que a anterior apresentava, tal como a beleza: pedra bem lavrada e limpa.

A obra teria que estar pronta em Junho de 1521, como firmava o contrato. Em 1 de Janeiro de 1521, temos um Alvará do mesmo monarca, em que é nomeado Gonçalo Nunes, escudeiro da Casa Real como vedor da obra do mosteiro de S. Bento.

Esta intervenção localizou-se, porém, apenas e de acordo com o contrato, no Claustro; desta forma, o mosteiro cerca de dez anos depois é-nos descrito ainda, por

Claude de Bronseval<sup>6</sup> como sendo pequeno, com poucos edifícios, ocupando pouco espaço na sua extensão, "(...) *vale collectum ad modum castelluli, cuius edificia omnia clausuram faciunt exteriorem (...)*"; lembrando um castelo, fechar-se-ia ainda sobre si mesmo, constituindo pelo seu sistema construtivo uma auto-clausura. Citam-se algumas partes do mosteiro, como a Sala do Capítulo, A Igreja, a Sacristia (localizada junto à entrada da Igreja, e dividida em duas partes - uma delas com chaminé). Todas as monjas tinham os seus quartos particulares, dispostos à volta do pequeno e belo claustro; nomeia-se também o Armório (local onde o Santíssimo Sacramento era colocado, um armário escavado na parede do santuário, segundo os costumes cistercienses, apenas alterados em 1601, passando a colocar-se atrás ou debaixo do altar), e uma sala que teria funções de Enfermaria, embora não fosse a que hoje identificamos como tal.

Se um pouco antes da Visita, a Igreja, em finais do século XV, tinha sofrido algumas alterações até no sentido da conservação, conclui-se que grande parte do conjunto foi construído após a passagem de Dom Edme de Saulieu; se todos os mosteiros masculinos demonstravam degradação e necessidade de intervenção, o de Cástris, de entre os femininos, terá sido aquele de que o Abade menos gostou, mas que após a Visita não ficaria no esquecimento, até porque entrara num período de reforma. Há que enquadrar esta Visita com a ocorrência breves anos depois da Congregação Autónoma de Alcobaça, entre 1564 e 1570, e só ao território português respeitante, que, se significou o encerramento de alguns mosteiros, para outros despoletou a renovação e a conjuntura propiciadoras do surgir de obras, caso do mosteiro que estudamos.

Será sobretudo com os abadessados trienais que as intervenções nos edifícios comecem a obedecer a planos mais estruturados e a acções de raiz (sob controle directo exercido pelas Visitas do Abade Geral de Alcobaça aos mosteiros); no caso de Cástris, a partir de 1586.

Marcou a época manuelina a intervenção estrutural no edifício, tal como a época renascentista; a grande sala que preenche toda a ala oriental, e que é paralela à que contém a Sala do Capítulo, tal como a Enfermaria e a sala paralela à portaria são construções coevas - onde o uso de colunas toscanas frisa bem a época renascentista - e que seriam ajuntamentos ao edifício inicial.

Na ala sul, a ábside da Igreja estaria saliente, acompanhada a sul pela sacristia (que estaria próxima da entrada da Igreja, e de molde a que a clausura não fosse quebrada quando os capelães celebravam a Eucaristia); apenas as duas salas que, a seguir à Igreja, dão para o Claustro existiriam antes da intervenção do século XVI. A primeira delas, ao fundo da nave, faria parte do Coro das religiosas antes das alterações manuelinas, sendo de fácil acesso para o Claustro - disposição clássica dos mosteiros cistercienses femininos; ainda no Coro superior encontramos vestígios góticos.

Da ala oeste, muito alterada no século XX para adaptação a novas funções, apenas a cozinha resta no local original.

Na ala norte, a passagem ligando o claustro ao jardim e o corredor da Enfermaria - disposição cisterciense clássica. O Refeitório original seria mais longo, e as divisões que se lhe seguem, nessa ala, são do século XVI.

As intervenções do século XVII no mosteiro fizeram-se sentir sobretudo nos pisos superiores do mosteiro. No primeiro piso: construção dos dormitórios paralelos - das monjas e conversas -, com celas individuais, de paredes e tecto de masseira, de que constaria também longa varanda de madeira, com balcões e balaústres de madeira que acompanhava as celas ao nível das cimalthas, com clarabóias, para permitir eficaz controle por parte da monja vigilante; construção do primeiro piso da Enfermaria, encimado com altar de alvenaria, estucado e escaiolado, acompanhado lateralmente por pintura a têmpera; na galeria do claustro deste piso, obras nas coberturas e ao nível das decorações: a capela ao lado da actual Biblioteca - azulejos e esgrafitos -, e alguns frescos, de que restam escassos vestígios. No piso acima, junto da Torre, a presença da estética barroca - frontões, volutas, decoração dos azulejos - no campanário menor.

As intervenções deste século, no rés-do-chão, localizam-se ao nível decorativo e não estrutural - pintura mural no Refeitório, intervenção barroca na cobertura do Coro de baixo sobre estrutura quinhentista, e ainda, na identificada como nova Sala do Capítulo, a ocupação dos dois primeiros tramos, com uma capela, de traça seiscentista, com pinturas murais, e um altar contíguo, sem vestígios actualmente, em que a talha era o essencial elemento decorativo.

Já no pátio, é do século XVII a actual entrada no mosteiro - frontão triangular, pináculos de granito, armorial de S. Bernardo em mármore -, o portal da Igreja, muito simples, de mármore, a abertura para o pomar, tal como algumas intervenções provadas durante as obras a partir de 1937, que puseram a descoberto pilares de granito e uma escada de ligação para o pomar frequentado pelos padres capelão e feitor.

As obras deste século (XVII) provam a actividade no sentido do alargamento e melhoramento das instalações do mosteiro após a criação da Congregação de Santa Maria de Alcobaca, conhecendo os outros mosteiros fenómeno semelhante; em Cástris, foi apenas uma relação que se acentuou<sup>8</sup>.

A explicitação clara das intervenções surgem-nos, para este mosteiro, especificadas a partir do Livro da Feitoria (de 1672 a 1831, constituindo um espólio de 28 códices), Livro da Bolsaria (de 1717 a 1831, com idêntico número de códices), Livro da Tulha (1723 a 1831, num conjunto de 19 códices) e do Livro da Folha, que dispõe de 3 códices concernentes ao período de 1705 a 1834, apresentando os dados trienalmente. Só o cruzamento dos dados nos diversos documentos nos permite tirar algumas conclusões quanto à evolução do espaço construído e das obras legadas à Comunidade pelas Abadessas trienais, preocupadas em deixar a sua "gerência" bem assinalada; pelas datas atrás apontadas, torna-se evidente que os dados disponíveis para os últimos catorze anos do século XVI e para o século XVII são encontrados de forma mais esparsa, uma vez que nos foram legados de uma forma menos estruturada e metódica.

No último quartel do século XVII, a par de obras de conservação do edifício - conserto dos telhados, obras de carpintaria diversa (destinadas a um mestre carpinteiro em especial, Bento Pinheiro), intervenções de um pedreiro (Manuel Martins) e seus serventes, caiação do edifício, etc. -, ressalta o conserto da fonte do Claustro e o conserto do "registo da água de prata", ou seja, da caixa de água que ligava com o Aqueduto da Água de Prata, em Setembro de 1699, bem como o conserto dos canos do mosteiro, em especial os do Claustro, já em Dezembro do mesmo ano. Recorre-se

ao "fio de pano" para os "betumes" dos canos, sendo estas, exceptuando a intervenção no Claustro, obras de pouca envergadura o que fica demonstrado pela escassa verba empregue. Curiosa a referência em 1679 pelo Visitador do mosteiro, Fr. Luís Coutinho, das armações feitas no Coro de cima, em ocasiões festivas, e que provocava a queda do estuque, razão pela qual essa prática deveria ser abandonada, sendo apenas permitida armação na cadeira da Abadessa.

É o século XVIII o século da profusão dos azulejos e da abundância da talha, que neste mosteiro se reflectem nos azulejos da nave da Igreja, no uso da talha e no retábulo da capela-mor; também desta época, o restauro da capela de N<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> do Rosário, intervenções na zona da Portaria sobretudo ao nível dos revestimentos, renovação das espadanas dos sinos, alguns móveis - como a cadeira que ainda subsiste no Refeitório - e o portal que se abre para a cerca, tal como alguns melhoramentos ao nível da zona da capelania.

Encontramos referência a algumas intervenções do século citado; determina-se em 1771 que o mosteiro além de ter Livros para gastos ordinários e gastos extraordinários, se crie também um especial para Obras<sup>9</sup>.

Em 1700, no abadessado de D. Maria Helena de Carvalho, começam a ser referidas obras logo no início do ano<sup>10</sup>; se em Março de 1701 são citadas cordas para os andaimes da capela-mor, em Setembro desse ano localizamos uma importante intervenção, assim descrita: "*Custou a obra do tecto da capela mor duzentos e cinco mil réis, entrando os doze painéis pintados do Coro*"<sup>11</sup>, completada em Outubro com as "*as grades com pedestrais e mais pertencentes duzentos*"<sup>12</sup>. Em 1708, contando com setenta e três religiosas<sup>13</sup>, as obras na Igreja continuam, agora sendo Abadessa D. Luiza Antónia de Mesquita; diz-nos o documento: "*Despendi setenta e dois mil e duzentos réis/ em se abrir e pintar a porta da grade da Igreja/ e para duas toxeias e em lavrarem a Senhora/ e o menino*"<sup>14</sup>. Em 1719 este mesmo documento, mas no fôlho 10, dá-nos conta da doação de uma religiosa: "*Deixo por minha devoção hua cruz sobredourada/ com relíquias do Santo Lenho na Sacristia que me fes de custo doze/ moedas de ouro - desassete mil e seiscentos réis*". Obras de limpeza, conserto e caiação na Igreja, Claustro e Sacristia são referidas também ao longo deste Códice.

No triénio de 1726-1729, com Maria Francisca da Horta, as obras no mosteiro dispersam-se entre telhados do Dormitório, ladrilhagem do mesmo e das duas casas de Hospedaria, canos novos para a fonte do Claustro, conserto de muros na Cerca, no muro da horta e na varanda da casa dos padres.

Novamente reparos na hidráulica do mosteiro em Setembro 1726, agora já sob a responsabilidade da então abadessa D. Maria Francisca de Horta (1726-1729, embora nos últimos meses já com D. Luiza Josefa de Toledo e Castro)<sup>15</sup>; em Novembro e Dezembro, pedreiros e carpinteiros, a fls. 16, 16v, 17v, novamente no Mosteiro, sendo aqui citado um espaço que não localizámos: a botica, apesar do recurso constante referido ao longo dos documentos à botica do convento de S. Domingos<sup>16</sup>; seguem-se nos meses invernosos de 1727 reparos no edifício referentes à época - amanho de telhados, recuperação de muros, concertos nas duas casas da hospedaria, etc., de que é exemplo o mês de Dezembro<sup>17</sup>.

Obras ocasionais se seguem, entre as quais o lageado do Dormitório em Setembro

de 1732, sendo Abadessa D. Antónia Moniz de Castelo Branco (1732-1735, nos dois últimos anos D. Maria Catarina de Carvalho), tal como obras do âmbito da hidráulica; em 1735, numerosos acessórios para embelezamento do altar-mór<sup>18</sup>.

Em 1738, no abadessado de D. Catarina Vieira (1738-1741) auxiliada por D. Francisca Maldonado, que lhe sucederia, muito se investiria em obras<sup>19</sup>; obras rotineiras se seguem ao longo dos meses, e já em 1740, em Junho, importante referência: "*Obras - Paguey de coatro Paneys que se fizerão de estuque no Coro, ao Car/pinteyro e Alvanes, pregos, em/ Folhas que se comprarão para fasquear/ Pinturas que se fizerão - doze mil e cem réis*"<sup>20</sup>. Paramentaria vária é descrita, no Livro de Receitas e Despesas da Igreja, até 1741 - frontais de damasco e guarnições de S. Bento e S. Bernardo; renovação dos hábitos dos Santos; capas de damasco de oiro e cetim para almofadas.

Em 1741, vários consertos, recorrendo-se, na carpintaria, a madeira de Portalegre bem especificada, com várias referências ao mestre carpinteiro Alberto dos Reis, ao mestre ferreiro (em arados e outras alfaias agrícolas e ferros para varandas), Enfermaria e Dormitório, aos pedreiros em escadas de cantaria, coberturas e pavimentos, canos, etc; é feita ainda no triénio 1741-1744 uma escada de cantaria ligando o Claustro às varandas. Porém em 1745 (em que, na primeira parte do triénio de 1744 - 47 foi Abadessa D. Joana Teodora de Sousa Mascarenhas e na segunda D. Teresa Josefa de Vasconcelos) importantes obras têm lugar na Igreja<sup>21</sup>, onde trabalhou uma equipa de carpinteiros, pedreiros, entalhadores, pintores, caiadores e diversos oficiais, apostando-se numa vasta campanha onde entraram novos altares, decoração azulejar e pedra da região, sendo ainda citadas despesas menores (pregos, conserto de anjos, vidraças e rede de arame e grades, serralheiro e ferragens, cal para as quadras, pós para as tintas, pintores que doiraram e pintaram, anjos do Sacrário e pianhas para os anjos grandes, etc). É dada a conhecer ainda a obra da fonte da cerca, bem como intervenções nas varandas que conduziam à grade de cima.

Já em 1748, em Outubro, temos a construção da Torre para o Relógio, feito este em Fevereiro do mesmo ano.

Ao longo de toda a década seguinte são muito citados os consertos nos canos, nas suas várias ligações - cerca das religiosas, claustro, horta - o que propiciava uma actualização constante dos pedreiros também solicitados para os telhados e a pavimentação dos vários compartimentos; além disso, outras obras surgem para o triénio 1753-1756: "*(...) Despendeuse em reparar o relógio/ e o mostrador delle e no conserto do Or/gão e na obra que se fes no Coro das Re/ligiosas e outras mais miudezas que se/ fizerão na Clauzura por cauza do terremoto, duzentos e vinte mil duzentos e cinquenta réis*"<sup>22</sup>; curiosa é a referência dos efeitos de Terramoto de 1755 no conjunto edificado.

As intervenções entre 1756 e 1759 com as Abadessas D. Umbelina Violante de Sousa Mascarenhas e com D. Teresa Josefa de Vasconcelos, além da intervenção na cobertura do Refeitório com colocação de telhas, e seu emadeiramento, tem também bastante significado<sup>23</sup>. Em Junho de 1765 temos: "*obras - em mandar fazer hum Portal e uma abobada e compor alguns tilhados e em materiais para as ditas obras - quarenta e cinco mil seiscentos e noventa réis*"<sup>24</sup>; em Novembro de 1767, com D. Violante Maria de Sousa, importantes intervenções no Coro, ao nível do revestimento do tecto, com a decoração losangular que o tipifica, sobre anterior estrutura

renascença (o que terá provocado alterações a nível do cadeiral): "*Obras - despesa em Madeira, pedra, cal, tijolo, pregaria, e/ mais cousas pertencentes à obra do Coro - quatrocentos e cinco mil quinhentos e vinte réis*"<sup>25</sup>; a Abadessa seguinte, novamente D. Teresa Josefa de Vasconcelos, prolongará as obras no Coro, e as janelas do mesmo são embelezadas com belas cortinas de serafina verde, mas especial atenção para a referência no domínio das Artes em Janeiro de 1768: "*Obras - Despesa com o que se deu para completar a obra dos/ coadros para o Coro - cinquenta mil réis*"<sup>26</sup>. Além dos quadros, o Livro da Folha do mosteiro para o triénio 1765-1768 refere ainda que o Coro terá ainda levado azulejos e uma janela, junto à qual se localizaria um portal<sup>27</sup>, ainda hoje facilmente localizáveis. Várias são as despesas em obras nas herdades e no mosteiro para o triénio seguinte (1768-1771)<sup>28</sup>; entre 1771 e 1774, obras dispersas no edifício, que duram até Abril de 1776.

Em Maio desse ano, 1776, dá-se a partida das religiosas para Odivelas; durante o ano que lá estiveram as despesas foram controladas pelo Procurador Geral e pelo Administrador, quase só nas suas próprias comedorias e nas de três religiosas que haviam permanecido em Évora, no que concerne a despesas ordinárias; nas extraordinárias, além do numerário remetido quase mensalmente para as religiosas em Odivelas, os gastos dirigem-se para obras nas herdades; na documentação, o mosteiro é mesmo designado como "extinto mosteiro". No regresso, o mosteiro é encontrado arruinado, e eis que se desenham significativas intervenções, durante o abadessado de D. Luísa Antónia de Sousa Vidigal (1777-1780).

Em Abril de 1778, surgem-nos obras assumidas como obras de rectificação do mosteiro<sup>29</sup>. Em Agosto do mesmo ano existe larga referência aos materiais para intervenção de carpinteiros, que irão viabilizar a intervenção em várias áreas do mosteiro: bancos para a Igreja, cadeiras para a Capela-mor e para as grades, dois oratórios para a Igreja, assentos do Refeitório, etc; é o recurso a pranchas de pinho da Flandres, a pranchas do Brasil para o Coro e para os altares da Igreja. Destacamos ainda a importância dada à renovação da prata e do estanho: "*Em fazer huma caldeirinha para/ água benta, huma ambula, huma Custódia para o que as religiosas derão como esmola cento e dez mil réis e a Ordem deu em prata oito Marcos e em dinheiro cento e cinco mil quatrocentos e quarenta e cinco réis. (...) Em cinco alampadas de estanho/ e hum tribulo de metal e seis castiças e huma ambula para os santos óleos/ e condução de todos estes trastes de Lisboa para Évora, quarenta e cinco mil e cem réis*"<sup>30</sup>. Os arranjos continuam nos últimos quatro meses de 1778, destacando-se o arranjo da fonte do Claustro.

Em 1779, é documentada extensa lista de obras, apontadas ainda como obras de rectificação do mosteiro, além das do transporte das religiosas do mosteiro de Odivelas para S. Bento de Cástris. É o recurso a madeira de vários tipos - feixes de ripa, paus de S. João, traves, etc. -, vinda da Flandres, de Portalegre - para pavimentações, estrados e andaimes -, do Brasil com o pau-brasil (este especificamente destinado ao cadeiral do Coro), ao grude, à cal branca e à cal preta, a 89 fechaduras, pregos de vários lotes, a vários milheiros de tijolo e telha, a jornas de vasta equipa de pedreiros, carpinteiros, ferreiros, serventes de ferreiros, coadores; a um Mestre da Obra, que as teria dirigido durante sessenta e seis dias; à renovação dos sinos, à aplicação de vidraças no Refeitório e Dormitório; à pintura das portas e caixilharia vária; a várias

empreitadas aos diversos oficiais, de que destacamos a dos carpinteiros, ao fazerem “cinquenta e coatro portas, quarenta e seis bondeiras e pulpito do Refeitório”<sup>31</sup>.

A Folha do mosteiro no triénio decorrente entre 7 de Abril de 1782 e 7 de Abril de 1785 demonstra a existência de obras na residência dos Padres e na Hospedaria, nas varandas, na Sacristia na Enfermaria e na Torre dos sinos; foi esta a altura da colocação dos azulejos em todo o Claustro, mas importa sobretudo, do ponto de vista artístico, salientar a Igreja: houve intervenção de “(...) Pedreiros que tira/rão o Azoleijo, rasgarão as Grades dos/ dois Coros abrirão seis Tribunas sete/ Janelas modarão o Púlpito elevarão/ o Arco da Capela mor fizerão hum Confessionario desfizerão a Abobe/da da Capela mor e Paredes da parte/ da Estrada fizerão outras de novo/ Estucarão a Igreja fizerão o Altar e taparão as varias Portas (...)”<sup>32</sup>; houve gastos para os azulejadores, tirar medidas aos azulejos, em ouro e prata, vidros, pó de pedra, em tintas e óleos, em mestres carpinteiros que fizerão a grade do Coro de cima, portas e assoalhados das tribunas, mas especialmente em “(...) Pintores que fize/rão cinco coadros doirarão as/ Mulduras e remates das Janelas/ capiteis florais Armas, e ornatos da Capela Mor e imtalhado/ da Grade de Cima pintarão as / grades dos dois Coros e Rotulas/ das Tribunas (...)”<sup>33</sup>, o que justifica a aquisição de catorze varas de pano para os quadros, como especifica o documento citado.

Desta vasta campanha destacamos ainda, sob o ponto de vista artístico, a intervenção nas Capelas: “Despesa em tres retabollos dois para a Igreja e hum para/ S. João Batista, quarenta e oito mil réis”<sup>34</sup>.

No último quartel do século XVIII as demonstrações de sumptuosidade prosseguem, especialmente no espaço da Igreja e seus pertences; é o constante apelo à talha dourada - no camarim da capela-mor, nos retábulos dos altares colaterais - bem como à ourivesaria: “(...) duas Alampadas de prata feitas/ no Porto que pezarão noventa e oito mar/cos, hua Onça de seis oitavas e meia (...) Ambulas dos Santos Oleos/ com seu prato tudo de prata que pezou 5/ Marcos, duas Onças e duas oitavas; feiitio/ dourado e tudo o mais necessario e na/ sua condução do Porto para este mosteiro/(...) uma preciosa Cruz de prata que se fes/ em Lisboa para a qual se deu a antiga que havia/ e um calix velho(...)”<sup>35</sup>. Também é o recurso à matéria-prima vinda de Borba - o mármore -, que foi aplicado no ladrilho de xadrez, a cargo do Mestre José Mancio, de Estremoz, para toda a Igreja, cruzeiro, capela mor e Sacristia e na entrada do arco da capela mor; é a altura também de recurso ao xisto para o átrio da porta da Igreja. O pintor actua em 1788, pintando e fingindo de nogueira as portas da tribuna da Igreja, lavrando os remates do órgão do Coro de baixo, onde aplicou seis libras de ouro; nas despesas entre Setembro e Dezembro de 1788 mais uma vez a ourivesaria, referindo-se uma preciosa cruz de prata<sup>36</sup>. Entre 1786 e 1789 foi também a altura de se fazer a abóbada do Dormitório, levantando as paredes que dividiam os leitos, obra que exigiu pó de pedra e cal fina para caiar, rebocar e fazer alizares; também nesta altura se reparou o Refeitório, concertando-se o azulejo.

No triénio seguinte as obras foram de manutenção em todo o conjunto (atendendo-se em especial e mais uma vez à hidráulica), ressaltando como maior despesa a feita na Igreja com a pintura e o dourar das capelas colaterais, bem como com “(...) a pintura e dourado de quatro painéis da Igreja e da Sanchristia (...)”<sup>37</sup>. A talha continua a destacar-se: nos últimos 4 meses de 1790, douraram-se e pintaram-se as capelas cola-

terais da Igreja, nos primeiros meses do ano seguinte houve “(...) pintores que dourarão de empreitada quatro painéis dois que estão na Capella mor e dois ao lado da grade do Coro de sima e dourarão e pintarão os três que estão na sanchristia (...) pintura e dourado do estofa que se fez nos Patriarchas nas capelas colaterais (...) pintura que se fez na Capella de S. João Evangelista do claustro (...) em mandar dourar e pintar as cadeiras das duas alampadas da Capella mor e o docel do santo Christo da Sanchristia (...)”<sup>38</sup>, são exemplo disso. Porém a ourivesaria e a paramentaria continuam a não ser esquecidas: em 1791, resplendores de prata para os Patriarcas, duas coroas de prata dourada para a Senhora e o Menino mandada fazer pelo Abade do Desterro, em Lisboa, ralo de prata para a porta de entrada do mosteiro, damasco bordado a ouro para paramentaria, além da primeira referência encontrada a uma Imagem, a de N.ª Sr.ª do Socorro, conduzida para o mosteiro desde Lisboa; em 1792, véu de ombros bordado a ouro, em 1793 de novo a talha, com o douramento de uma sanefa e o douramento de um novo esquiife em 1794.

Nos três triénios seguintes, obras nos edifícios secundários - forno, lagar, cavalariça, celeiro, atafona, etc.; referência especial para a procura da água na cerca e posterior feitura de minas e da Mãe-Água, chafarizes e uma fonte no pátio, sendo sempre revista a ligação ao aqueduto da Água de Prata. Curiosa a referência, entre 1798 e 1801 à aquisição de livros novos de cantochão, importantes para a constituição daquele que é o maior fundo musical dos mosteiros e conventos de Évora - o de S. Bento de Cástris.

Terá sido por altura destes reparos que o mosteiro é apresentado nestes termos: “(...) Não he edificio sumptuozo; mas tem toda a commodidade para as Relligiosas que o habitão: huma Igreja aceada, e decente, dois Coros, Sancristia, Capitulo, Refeitório, Botica, Celleiros, e tidas as mais precisas, bem reparadas e proporcionadas à grandeza do mosteiro. Tem hum quadro grande, e desafogado, em que ha setenta e tres cellas, bem reparadas e novamente concertadas(...)”<sup>39</sup>.

Em inícios do século XIX a documentação continua testemunhando algumas intervenções pontuais, sobretudo a nível da manutenção do edifício - telhados, fontes, canos da estrada -, das suas herdades e utensilagem para garantia das actividades agro-pecuárias. A presença das tropas francesas marca a vida monacal - 1807 foi um ano onde as obras não existiram -, pois a mais significativa despesa extraordinária é precisamente a gigantesca *Contribuição da Guerra*, no valor de oitocentos e oitenta e oito mil cento e trinta réis<sup>40</sup>, além da despesa em vinte mantas para a tropa francesa. No mesmo códice, no ano seguinte, referenciam-se compras e aplicações que demonstram maior actividade no mosteiro - aquisição de vacas, pranchões de Flandres para as portas da Tulha e da Cerca - ao mesmo tempo que nos surgem interessantes despesas extraordinárias: a fls. 23 v. e 27, temos respectivamente: “contribuição para o refresco da Tropa de Beja, sete mil e duzentos réis”; “Despesa com a contribuição que tinha pago a Sra. Abadessa quando os franceses saquearam este mosteiro, quatro mil e oitocentos réis”. Consertos prosseguem nas várias divisões, contribuições para a Defesa também - quatrocentos mil réis, que a partir de 1810 nos surge como Décima Extraordinária -, e o investimento no gado prossegue: são as vacas da feira de Garvão, os carneiros da feira de Aires, que constituem a maior despesa ordinária.

Muito curioso é o facto da reposição de dotes, em 1810 e 1811, por parte do mosteiro, a duas noviças que saíram por causa dos franceses: no primeiro ano, foi uma reposição de seiscentos mil réis e no segundo de quatrocentos e treze mil e quatrocentos réis. Em Fevereiro de 1811 mais referências à presença francesa, com significativo peso na contabilidade do mosteiro<sup>41</sup>, tal como ao fornecimento de camas para o nosso Exército.

A partir de Janeiro de 1813, as Obras começam a surgir agrupadas - por três, quatro, ou cinco meses -, surgindo D. Quitéria Mariana como Presidente até Agosto desse ano, investindo-se já em reparos de uma forma mais significativa. A partir de Setembro desse ano, a Abadessa é D. Ana Rita Peregrina do Desterro, prosseguindo obras gerais no mosteiro e apostando sobretudo em obras nas herdades; vultuosas contribuições para o Erário - de que destacamos a de Abril de 1820, e que iria até Julho de 1821, de dois milhões e setecentos e cinquenta mil réis - para a Procuradoria Geral de Lisboa, e para a Arca da Caridade marcam também as despesas dos Abadessados, impedindo obras de grande vulto. Neste triénio e no seguinte, várias são as alusões a esmolos - a pobres holandeses, a frades italianos, a frades barbadiños e a religiosos de St<sup>o</sup> António por exemplo.

No primeiro quartel do século XIX, após a passagem dos franceses que muito afectaria o conjunto, são testemunhadas obras dispersas por todo o mosteiro; assim, em 1820, com a Abadessa D. Quitéria Mariana declara-se o mosteiro como bastante arruinado, necessitando de doze mil cruzados para obras de reparo e de quatrocentos a quinhentos cruzados para a sua conservação anual, só assim podendo albergar 48 religiosas, como determinado superiormente (na altura, tinha 37); em 1821 são declarados como necessários 2.000.000 de réis para reparos e 200 mil para obras de conservação. Nos inícios do triénio do abadessado de D. Mariana Escolástica - em Abril de 1824 - alguns reparos, sendo significativo o do conserto dos canos e da Mãe d'Água, entre os meses de Setembro e Dezembro desse ano. Em 1825, de Maio a Novembro, é reconstruída a galeria oriental do Claustro<sup>42</sup>. Essas obras concluir-se-iam em Janeiro de 1827, dando a esta galeria o aspecto que hoje lhe conhecemos. Apenas obras pontuais se seguem, sem alterar o conjunto, sucedendo-se a um ritmo cada vez mais acentuado as diversas contribuições, impostos, títulos da dívida pública e décimas. Nesta última fase de cuidado dos espaços pertencentes ao mosteiro, acentuemos a atenção para a herdade de Val(e) de Maria, com largos investimentos em obras e em pecuária.

Como uma das últimas curiosidades de que há registo, aqui fica a referência de que uma das despesas extraordinárias de Janeiro de 1833 foi para livros: "*despesa com os ditos para foros e Alcorão - 1200 réis*"<sup>43</sup>.

Em 1857, é relatada a situação do mosteiro<sup>44</sup>, de que apresentamos uma elucidativa frase: "(...) o Edifício é grande e bello, o seu estado material é óptimo, e permite muita duração (...)"

A 14 de Setembro de 1887<sup>45</sup> a Comissão da Cadeia Distrital através do Governo Civil da cidade solicita ao Governo a concessão do mosteiro e suas dependências, não compreendendo os terrenos não murados, para a nova cadeia; é evocada a proximidade da cidade, e a idade avançada da única freira, sendo até solicitada autorização para proceder aos estudos para essa adaptação. Treze dias depois, a 2<sup>a</sup> Repartição da

Direcção Geral dos Próprios Nacionais responde pela negativa, uma vez que o mosteiro não havia sido ainda suprimido, e quando o fosse os seus bens deveriam ser aplicados, de acordo com o Artigo 11<sup>o</sup> da Lei de 4 de Abril de 1861, à manutenção de outros estabelecimentos de piedade ou instrução e à sustentação do culto e clero. Esta hipotética ocupação do espaço é assim recusada.

Desde 23 de Dezembro de 1891<sup>46</sup>, por Despacho do Ministério das Obras Públicas de 28/11/91 - após a morte da última freira, a 18 de Abril de 1890 -, Ministério que era então proprietário do edifício, se declara que o edifício é propriedade da Oitava Região Agronómica de Évora, na pessoa do seu agrónomo chefe; desta forma, um requerimento dirigido ao Ministério, datando de 1910, para aquisição em hasta pública de terreno inaproveitado perto do mosteiro, que dava acesso a uma sua propriedade - seguia percurso errado.

No século XX, conheceram alguns espaços do mosteiro propostas para novas funções; destacamos uma, vinda da própria Estação Eborense de Fomento Agrícola, quando solicita a cedência, em 28 de Julho de 1904, da Igreja para celeiro<sup>47</sup>; as Finanças de Évora negam, dando conhecimento ao Conselheiro Director Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais<sup>48</sup>.

Desde 1941 que o edifício pertence à Direcção Geral de Edifícios e Monumentos; porém, as intervenções por este organismo começaram em 1937, estendendo-se por mais de meio século. Várias foram as obras, como de conservação e restauro, mas as mais significativas foram as de adaptação do Edifício para novas instalações da Casa Pia de Évora, quando o edifício se encontrava em perfeito estado ruinoso. Estas obras de adaptação afectaram a estrutura, espaços e funções do edifício, tornando-se hoje quase um desafio encontrar referências ancestrais *in situ*.

Crescendo economicamente com mercês e dotes - fazendas e rendimentos de vária ordem, apoiado sempre nos privilégios dos sucessivos soberanos, determinou a Sé Apostólica e observou a Ordem que poderia sustentar setenta religiosas (Livro 1 das Actas, fl. 388); o seu crescimento foi também demonstrado pela crescente complexificação das instalações, regulado, a partir dos abadessados trienais, com maior intensidade por Alcobaça, uma vez que esses períodos eram limitados para a distinção de uma Abadessa do ponto de vista administrativo, excepção feita aos casos de religiosas que repetiam os seus mandatos, de que frisamos como exemplo marcante a Abadessa D. Paula de Almeida. Inúmeros episódios e personagens marcam a história do mosteiro até ao seu desaparecimento em 1890, data da morte da última freira, D. Joana Isabel Baptista. Dele terão saído as fundadoras para o mosteiro de Odivelas e para as Recolhidas da Nazareth do Mocambo; a importância nos relatos históricos assumida por Joana Peres Ferreirim, Abadessa do mosteiro, parente de Leonor Teles (durante os acontecimentos em Évora concernentes à Revolução do Mestre de Aviz); a religiosa Antónia Nunes destacou-se no historial do mosteiro, sendo grande música, tocando vários instrumentos e tendo como grande admiradora a rainha D. Leonor, esposa de D. João II<sup>49</sup>; em Maio de 1776 registou o mosteiro nas suas despesas uma considerável soma extraordinária, que entregou ao Padre Procurador, na ocasião do transporte das Religiosas (na altura, 52) para o mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Nos livros de Tombo da Feitoria do mosteiro, entre as despesas ordinárias e extra-



ordinárias, ele é mesmo citado como *extinto mosteiro*. Em 1777, precisamente em Maio, nos surgem novamente registos de comédias, nas despesas ordinárias, para 44 religiosas (demonstrando o seu regresso ao espaço inicial); terá sido, segundo Fr. Manuel de Figueiredo no *Catálogo dos Confessores Trienais das Religiosas de S. Bento d'Évora* (que principiou em 1576 indo até 1786), D. Francisco de Sá, Presidente Geral da Congregação, quem impetrou da Rainha as faculdades para renovar o espaço monástico; terão regressado com o beneplácito de D. Maria I, que também estabeleceu o número de religiosas para 45.

A última Abadessa perpétua foi D. Brites Pereira, e a primeira trienal, em 1586, D. Maria de Almeida<sup>50</sup>, eleita sob a presidência do então Abade Geral Fr. Bernardo de St.<sup>a</sup> Maria; apresentaremos no fim do texto uma lista das Abadessas trienais de S. Bento de Cástris baseada nos documentos consultados.

Compreende-se a necessidade de valorização histórico-arquitectónica do edifício, enquanto atitude conjunta de reconhecimento do seu valor, do seu significado cultural, avançando para a sua revitalização, adequando-o a novas funções e optimizando o seu uso: seria a atribuição, neste caso, de funções de cariz científico e cultural, de acordo com as condições que o todo edificado oferece. Necessária e urgente é a intervenção ao nível técnico, artístico e científico, por pessoal técnico com adequada formação, propiciando que, do ponto de vista histórico-arquitectónico, as futuras intervenções obedecessem a um grande objectivo, o da reformulação das características funcionais do espaço: rever o edifício e as condições que ele oferece, no sentido da maximização do existente. Desta forma, fica subentendida a necessária relação entre a acção de valorização e as acções de protecção e conservação.

Falar deste Mosteiro, nesta perspectiva, é basicamente frisar o valor do edifício em termos de memória colectiva, símbolo que é, pelo hibridismo de estilos e intervenções, de uma continuada e diferente presença de povos, civilizações e influências na cidade de Évora, Património da Humanidade, cujo evoluir acompanhou ao longo de setecentos e vinte anos. De facto, é o edifício paralelamente mosteiro cisterciense mas também mosteiro local, daí que, na sua traça, à maneira de edifícios nacionais congéneres, se encontre mais viva a presença de um "estilo" regional - materiais e técnicas de construção, ocupação e uso do solo - do que de um "estilo" estrutural e decorativo cisterciense. Acompanhou, porém, a vivência cultural de Évora no século XVI ao reestruturar o seu espaço, tal como o fulgor artístico do século XVIII, sobretudo no que respeita à talha, estuque e azulejaria - de que ainda restam alguns testemunhos. Ao ser património classificado, dotado de um zona *non edificandi*, fruto do diálogo de gerações sucessivas, é-lhe devida atenção no sentido da sua protecção, recuperação e valorização.

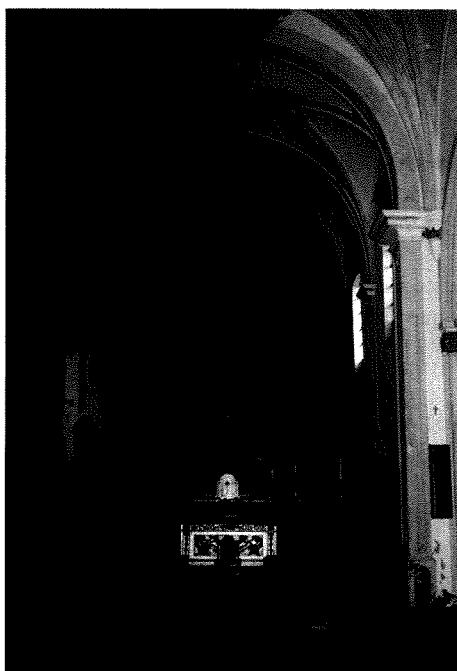
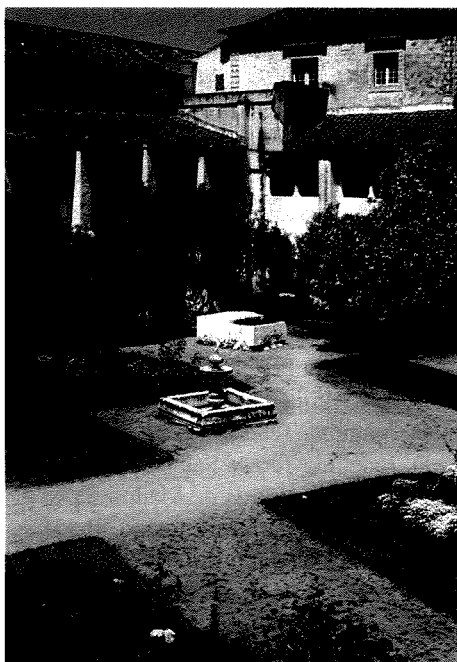
## S. Bento de Cástris: As Abadessas Trienais

- 1586 - 1589 - D. Brites Pereira
- 1589 - 1592 - D. Maria Pacheca
- 1592 - 1595 - D. Brites de Castro
- 1595 - 1598 - D. Maria de Almeida
- 1598 - 1601 - D. Ana Pais
- 1601 - 1604 - D. Maria de Almeida (2<sup>a</sup> vez)
- 1604 - 1607 - D. Mécia de Melo
- 1607 - 1610 - D. Leonor da Silveira
- 1610 - 1613 - D. Catarina de Almeida
- 1613 - 1616 - D. Cecília Freire
- 1616 - 1619 - D. Maria Henriques
- 1619 - 1622 - D. Maria de Azevedo
- 1622 - 1625 - D. Joana da Silva
- 1625 - 1629 - D. Paula de Almeida (fez eleger Deputadas, prioresa e sub-prioresa, nomeou sacristã, cantora-mor, porteiras, gradeiras, bolseiras do dinheiro da Ordem, talheiras, celeireira, mestra do forno, enfermeira, refeitoreira, hospedeira, bolseiras das caridades das religiosas e mestra do cantochão).
- 1629 - 1630 - D. Maria Henriques Coutinha (em 1630 faleceu)
- 1630 - 1633 - D. Francisca Lobo
- 1633 - 1636 - D. Paula de Almeida (2<sup>a</sup> vez)
- 1636 - 1639 - D. Maria das Chagas
- 1639 - 1642 - D. Maria de Villalobos
- 1642 - 1644 - D. Paula de Almeida (faleceu em 1644, quando fora eleita pela terceira vez)
- 1644 - 1647 - D. Ana de Faria de Almeida
- 1647 - 1650 - D. Maria Barreto da Silveira
- 1650 - 1653 - D. Luísa da Cunha de Abreu
- 1653 - 1656 - D. Ana de Almeida (2<sup>a</sup> vez)
- 1656 - 1659 - D. Vicência Moniz
- 1659 - 1662 - D. Maria Zagala de Mascarenhas
- 1662 - 1665 - o documento não referencia
- 1665 - 1668 - o documento não referencia
- 1668 - 1672 - D. Ursula de Almeida Brandoa
- 1672 - 1674 - o documento não referencia
- 1674 - 1677 - D. Isabel d'Horta Falcão
- 1677 - 1680 - D. Anna de Almeida (3<sup>a</sup> vez)
- 1680 - 1682 - o documento não referencia
- 1682 - 1685 - D. Maria Pimenta de Mesquita
- 1685 - 1688 - D. Paula Josefa de Figueiredo
- 1688 - 1690 - o documento não referencia
- 1690 - 1693 - D. Maria da Costa Pimenta
- 1693 - 1695 - D. Arcangela Micaela de Castro
- 1695 - 1698 - D. Luzia Antónia de Mesquita

1698 - 1701 - D. Maria Helena de Carvalho  
 1701 - 1704 - D. Arcangela Micaela de Castro (2ª vez).  
 1704 - 1707 - D. Luzia Antónia de Mesquita (2ª vez) e depois D. Maria Josefa Mexia Lacerda  
 1708 - 1711 - D. Josefa Maria de Lacerda depois D. Ana Maria de Castelo Branco  
 1711 - 1714 - D. Ana Maria de Castelo Branco, presidente *in capite*, e nos últimos cinco meses, tal como as anteriores, D. Maria Brites Falcoa Pessanha  
 1714 - 1717 - D. Maria Brites Falcoa Pessanha Coutinho e depois D. Maria Josefa Mexia de Lacerda  
 1717 - 1720 - D. Maria Josefa Mexia de Lacerda (2ª vez) e depois D. Maria Inácia Moniz de Castelo Branco  
 1720 - 1723 - D. Maria Inácia Moniz de Castelo Branco e depois D. Teresa Inácia de Sampaio  
 1723 - 1726 - D. Maria Francisca D'Horta  
 1726 - 1729 - D. Maria Francisca D'Horta (2ª vez) e nos últimos 2 meses D. Luísa Josefa de Toledo e Castro  
 1729 - 1732 - D. Luisa Josefa de Toledo e Castro (1º ano) e depois D. Antónia Moniz de Castelo Branco  
 1732 - 1735 - D. Antónia Moniz de Castelo Branco (1º ano) e depois D. Catarina Maria de Carvalho  
 1735 - 1738 - D. Catarina Maria de Carvalho (11 meses) e depois D. Catarina Vieira  
 1738 - 1741 - D. Maria Catarina Vieira e D. Cordula Francisca Maldonado  
 1741 - 1744 - D. Cordula Francisca Maldonado (1 ano) e D. Joana Teodora de Sousa Mascarenhas  
 1744 - 1747 - D. Joana Teodora de Sousa Mascarenhas e na segunda parte do triénio D. Teresa Josefa de Vasconcelos  
 1747 - 1750 - D. Teresa Josefa de Vasconcelos e D. Catarina Vieira  
 1750 - 1753 - D. Maria Catarina Vieira (2ª vez)  
 1753 - 1756 - D. Maria Catarina Vieira (3ª vez) e na segunda parte D. Teresa Josefa de Vasconcelos  
 1756 - 1759 - D. Teresa Josefa de Vasconcelos (2ª vez) e D. Umbelina Violante de Sousa  
 1759 - 1762 - D. Umbelina Violante de Sousa Mascarenhas, sendo presidente abacial D. Teresa Josefa de Vasconcelos  
 1762 - 1765 - D. Teresa Josefa de Vasconcelos (3ª vez) e D. Violante Maria de Sousa  
 1765 - 1768 - D. Violante de Sousa e D. Teresa Josefa de Vasconcelos  
 1768 - 1771 - D. Teresa Josefa de Vasconcelos (apenas duas foram Abadessas 4 vezes) e D. Maria Violante Homem da Costa  
 1771 - 1774 - D. Violante Homem da Costa e D. Luíza Antónia de Sousa Vidigal  
 1774 - 1777 - Em 1775, é citada D. Luísa Antónia de Sousa Vidigal; lembremos que este espaço cronológico compreende a estada das freiras em S. Dinis de Odivelas

1777 - 1780 - D. Luísa Antónia de Sousa Vidigal (2ª vez)  
 1780 - 1783 - D. Luísa Antónia de Sousa Vidigal (3ª vez) e D. Antónia Rita da Cunha Sottomayor  
 1783 - 1786 - D. Antónia Rita da Cunha Sottomayor e D. Sebastiana Teresa Madalena, D. Catarina Maria e D. Ana da Encarnação Leite  
 1786 - 1789 - D. Ana Maria da Encarnação Leite e D. Antónia Rita da Cunha Sottomayor  
 1789 - 1792 - D. Maria Ana de Jesus Rita e D. Antónia Rita da Cunha Sottomayor  
 1792 - 1795 - D. Maria Ana de Jesus Rita (2ª vez), Abadessa e presidente *in capite*  
 1795 - 1798 - D. Ana Rita Peregrina do Desterro  
 1798 - 1801 - D. Ana Maria da Encarnação Leite (2ª vez)  
 1801 - 1804 - D. Joaquina Teresa Salgado de Sousa  
 1804 - 1807 - D. Joaquina Teresa Salgado de Sousa (2ª vez)  
 1807 - 1810 - D. Teresa Bernarda de Madureira  
 1810 - 1813 - D. Quitéria Mariana Lamego, abadessa e presidente *in capite*  
 1813 - 1816 - D. Ana Rita Peregrina do Desterro (2ª vez) e D. Teresa Bernarda Madureira, na segunda parte do triénio  
 1816 - 1819 - D. Quitéria Mariana Lamego (2ª vez)  
 1819 - 1822 - D. Quitéria Mariana Lamego (3ª vez) e D. Maria Perpétua, na 2ª parte do triénio  
 1822(?) - 1827 - D. Mariana Escolástica  
 1827 - 1830 - D. Maria Victória Duarte Fonseca  
 1830 - 1832 - D. Josefa Maxima Guerreiro, abadessa e presidente *in capite*  
 1832(?) - 1835 - D. Quitéria Mariana Lamego (4ª vez)  
 1835 - 1838 - não identificada  
 1838 - 1842 - D. Maria Victória Duarte Fonseca  
 1842 - 1846 - D. Maria do Carmo Vidigal

Os registos estudados finalizam nesta data; sabe-se que a última Abadessa, Joana Isabel Baptista, que conservou o cargo até à sua morte (1890), já assinava como Abadessa em 1869.



Fotos 1 a 5. Diferentes aspectos do Convento e Igreja de S. Bento de Cástris

## NOTAS

<sup>1</sup> Analisámos especialmente a Primeira parte do Quarto Tomo da obra deste Padre da Companhia de Jesus, que corresponde ao Códice CXXXI/1-1 da Biblioteca Pública de Évora.

<sup>2</sup> A cedência de Padroados inicia-se precisamente a partir de meados do século XV, com D. Afonso V - de 800 e 400 réis -, são retomados por D. Sebastião - 20.000 e 8.000 réis -, seguidos por Filipe I - 15.300 e 8.800 réis - e por Filipe II - 15.000, 8.000 e 5.000 réis -. Os Verbamentos a juro surgem a partir de meados do século XVI, com D. João III - 15.000, dois de 8.000, 5.000 e 4.400 -, D. Sebastião - 4.400, 16.000 e um espectacular de 300.000 réis, Filipe I - 30.000, dois de 10.000, 12.240 e 7.040 -, Filipe II - 6.400 e 4.000 réis-, D. João IV - 30.000 - e D. José - 4.000 na alfândega de Lisboa e 10.000 no Contrato do Tabaco.

<sup>3</sup> Biblioteca Pública de Évora, Pasta de Pergaminhos de S. Bento, doc. 10.

<sup>4</sup> Biblioteca Pública de Évora, Fundo de S. Bento (não catalogado), Livro 19 (numeração nossa), peça 61, fl.10 v.: "...Não teve este mosteiro na sua fundação nem muitos séculos dipois licença p.<sup>a</sup> adquirir porem por Alvara de 11 de 9.bro de 1709 concedeo por Esmola Sua Magestade a Abb.<sup>a</sup> e Religiosas do Mesmo Mosteiro que podem pecuir todas as fazendas e bens de raiz de que estivessem de poce athe o dito dia mez e anno sem embargo da Ordenação do L.<sup>o</sup> 2<sup>o</sup> fl.1861 cujos titolos foram reformados e lançados em hum Tombo que em virtude de hum Alvara de S. Magestade de 14 de Maio de 1687 com declaração que de dece aos Treslados a fe e credito somente que avião ter os mesmos instramentos que se copiasem de maneira que sendo Originais ficacem com a fe dos Originais e não o sendo com a fe que de antes tinham vindo a conferir o dito alvara ao Porvedor que entam hera desta comarca sitadas para iço as partes intreçadas cujo Original se acha supranumerariamente entre p. 16 e 17 do dito Tombo que foi numerado e rubricado pello Porvedor M.el Viegas de Oliveira e cujo titolo e inserramento he posto pello sendicante do mesmo Menystro M.el de Carvalho o qual declara no dito enserramento feito em 5 de 7.bro de 1690 ter 221 Laudas o referido Tombo e que se achão lançados os titolos das fazendas do Mosteiro pella maneira que são sitadas neste Apendis."

<sup>5</sup> Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses ou ao serviço de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899,1904 e 1923, pp.82/84.

<sup>6</sup> Frère Claude de Bronseval - *Peregrinatio Hispanica*, Presses Universitaires de France, Paris, 1970, Tome I, pp.418-455.

<sup>7</sup> Idem, pg. 418.

<sup>8</sup> "(...) Ao período de esforços bem empenhados mas fragmentários, que foi o século XVI, sucedeu a concepção e realização de um plano geral, denso e prolongado, que deixou as suas marcas em todos os edifícios da família monástica. Em vez de benefícios singulares, limitados aos conventos momentaneamente privilegiados, por qualquer razão fortuita, o século XVII - o século por excelência dos nossos modernos mosteiros cistercienses- assistiu à completa e minuciosa tarefa de revigoração que ainda hoje nos impressiona.(...) Enquanto para o século XVI reverteria o esforço essencialmente construtivo, para o seguinte ficaria o pendor pela decoração nas suas técnicas mais em voga. Nenhuma fundação se veio acrescentar ao património e as obras de vulto para beneficiar as existentes foram escassas(...)". Artur Nobre de Gusmão, *Os Mosteiros de Cister na época Moderna*, pp. 9-12.

<sup>9</sup> Códice CXXXI/ 2-22, Biblioteca Pública de Évora

<sup>10</sup> Destacamos, em Fevereiro, início do calcetamento do pátio, em Abril a feitura de um Calvário e uma cruz na cerca, em Julho obras no Mirante (Códice CXXXII/ 1-3, fl. 98).

<sup>11</sup> Livro da Feitoria de S. Bento de Cástris, Biblioteca Pública de Évora, Cód. CXXXII/1-3, fl.98 v.

<sup>12</sup> Idem, fl. 102 v.

<sup>13</sup> Livro da Folha, cód. CXXXII/2-48, fl. 23 v.

<sup>14</sup> Livro da Receita e Despesa da Igreja do mosteiro de S. Bento de Cástris de 1708 a 1751, cód. CXXXII/2-10, fl. 28.

<sup>15</sup> "Paguei o concerto do Cano que vem da Hor/ta para o Claustro do mosteiro, dias de officiais e Reparos necessarios -sinco mil e setenta réis." Livro da Feitoria, cód. CXXXII/1-4, fl. 12.

<sup>16</sup> "a huns pedreiros que concertarão os telhados do mosteiro,/ officinas e fizerão outros reparos necessários, (...) aos carpinteiros que fizerão de novo as por/ta do Pateo Pintor que as pintou, Ferreiro/ que fes ferrajes e outros meteriais, (...) A um carpinteyro que fes uma jane/ lla nova com algumas ferragês novas para/ a Botica varios concertos de portas es/cada nova e outras miudezas (...)"; Livro da Feitoria, códice CXXXII/1-4, fls.16,16v.,17v.

<sup>17</sup> "Paguei os concertos dos telhados dos dor/mitorios: Ladrilho novo de todo o Dor/mitorio velho, concerto da fonte da qua/dra, em que se gastarão setenta canos no/vos, trabalho dos officiais, cal telha ca/nudos alvenarias de tijollo, e tudo o mays/ nessario trinta e seis mil seiscentos e trinta réis" ; Livro da Feitoria, Cód. CXXXII/ 1-4, fl. 41 .

<sup>18</sup> "(...) dez onças e seis oitavas de galão de ouro, cinco varas de galão de seda, seis quartas de tafetá branco, hua vara de fita, quinze côvados de tafetá encarnado e roxo, meio arratel de retroz encarnado e roxo, duas varas e três quartas de franja de ouro, huma vara de pano de linho." Livro de Receitas e Despesas, cód. CXXXI/2-10, fls. 28v., 29.

<sup>19</sup> "Pagouce de se emmadeyrar e for/rar de novo o Dormitório velho/ assim de pregos, ripa, Aguiyros, páos/ do S. João, Madeira de casquinha, cal, telhas/ e canudos Alvanes e carpinteiros;/ e de se forrarem de novo dose leytos/ e de se concertarem outros mais quinhentos e dezanove mil oitocentos e cinquenta réis (...) Paguei de se reedificar e retilhar/ a mettade do Dormitorio da Estrada, chama/do Dormitorio novo, e de se tomarem/ algumas Beyras em varios telhados do/ Mosteiro casas dos Padres e Hospedaria, catorze mil e duzentos réis"; as beiras citadas no documento atrás em vários telhados do mosteiro são localizadas como sendo " nos telhados do Coro, do sobre/claustro, das casas que assistem/ os Padres", bem como acrescenta obras nos "(...) aquedutos que se amañharão em várias partes (...)". Livro da Folha, cód. CXXXII/2-48, fl 119v.

<sup>20</sup> Livro da Feitoria, cód. CXXXII/1-7, fl. 26v.

<sup>21</sup> "Obras na Igreja: paga do officiais e pedras que vieram de fora e vários milheiros de tijolo e mais de duzentos moyos de cal e pintores e entalhadores que consertarão os Altares dos nosos padres e a tarja da tribuna de oiro para este conserto e várias miudezas, trezentos e quinze mil quinhentos e trinta réis; despendi com Alberto dos Reis para gasto dos Altares novos e madeira dos estrados e pregos e paga de mais ofisiais setenta e um mil e seiscentos réis; despendi para Lisboa para galões e franja e mais oiro vinte e quatro mil seiscentos e sessenta e cinco réis ; despendi com o pidreiro que fes os Altares novos e tijollo que comprou e dias que gastou em pôr os azulejos dez mil e dez réis; com o pintor do seu trabalho e tintas que gastou nos Altares novos onze mil novecentos e cinquenta réis; (...) com o carapinteiro e entalhador dez mil réis; para as pedras e seu lavor e mãos dos lavrantes cinquente e nove mil novecentos e cinquenta réis; (...) com o entalhador dez mil réis; (...) para o oiro e tintas vinte e três mil setecentos e cinquenta réis; com os tijollos para o alpendre seiscentos e vinte réis; com os carapinteiros de suas mãos, vinte e quatro mil quinhentos e quarente réis; para as madeiras das portas e tribuna dez mil novecentos e dez réis;com os pintores que doirarão a golria, três mil réis; com a oira que faltou para a tribuna e golria, treze mil réis (...)". Livro da Receita e Despesa da Igreja do mosteiro de S. Bento de Cástris de 1708 a 1751, cód. CXXXI/2-10, fl.s 97v., 98, 98v, 99 e 99v.

<sup>22</sup> Livro da Folha , cód. CXXXII/2-49, fl. 36.

<sup>23</sup> "Despendeuse em hum posso, e paredes do/ mesmo para terem mão na terra que não caya/ sobre

os Canos da agua, que vai para o Patio e Claus/tro do Mosteiro e canos que se fizerão de novo, huma/ porta nas nascensas da agua, dous assentos de/ alvenaria ladrilhados de tijollos; como também/ em duas fontes ou bicas huma no Patio de fora/ em que corre a agoa pela boca de hum Leão, pe/dra de Estremos; outra na quadras da Religi/ozas em que cahe pella boca de hum golfinho, a/companhada com seus entalhados ou rele/vados de pó de pedra; e de huns asentos de azulejos/ por baixo, e encosto, o que também se fes na fonte/ do Patio, cujo espaldar se pintou a fresco orna/do com huma cruz de azulejos cos seus se/rephins, e por baixo do tanque se lhe fes huma cal-sada. Em quatro portas novas que se fizerão/ e pintura de sinco: a saber das grades e cazas/ do mesmo Patio, que tambem serca huma sinta/ de cal preta e todo cayado, que tudo somou: duzentos e sessenta mil e duzentos réis (...) Despendeuse em huma caza outava/da que se fes na serca das Religi/ozas cuja formalidade consta de hum portal de pedra fingida/ huma janella, e hum almario, tres nixos nos/ quaes estão N. Sra. da Conceição em vulto/, e dos lados Santa Umbelina e Santa Esco/lástica com seu frontal fingido, Ladrilho, forro// Porta caxilho e vidrasas do nixo principal e/ no Atrio que se fes todo Ladrilhado de adobes, e de volta/ com seus degraos ao pe da mesma caza, e o ditto a/trio, ou Patio, com asentos e encosto de roda e al/guns aLegretes para flores. Hum portal que se renovou/ em que se fizerão alguns relevados de pó de pedra ao/ modo entalhado. Em huma Imagem de N.P./ S. Bernardo e mais relevados que tudo se pos por si/ma do dito Portal que vem do Mosteiro para a Serca, sento e setenta e dois mil trezentos e dez réis Livro da Folha, cód. CXXXII/2-48, ffls. 47 e 47v.

<sup>24</sup> Livro da Feitoria, cód. CXXXII/1-12, fl. 3.

<sup>25</sup> Idem, fl. 49.

<sup>26</sup> Livro da Feitoria, cód. CXXXII/ 1-12, fl. 52.

<sup>27</sup> Livro da Folha, códice CXXXII/2-49, fl.76.

<sup>28</sup> "(...) Despendi em obras do Mosteiro em canar/ hua Agoa que vem cair a horta e outra que vai do Claustro de dentro e conser/tos de huas varandas, tilhados, telha das mesmas e dormitório novo e/ velho e Ladrilhar o mesmo e feitio das/ Janellas da Feitoria tinta das mesmas/ almarios e bancos (...)", Livro da Folha, cód. CXXXII/ 2-49, fl. 85v.

<sup>29</sup> "Concertos em levantar a parede da horta da cerca, e a parede do lagar/ e compor o alpendre da Igreja, e a casa do boieiro: e fa/zer hum muro ao pé da porta do pateo e compor a pe/dra do lagar(...), Concertos em fazer quatro grades para frontais e três estantes e/ compor dois altares na Igreja e de principiar o candi/eiro das trevas e compor a grade do Coro de baixo/ e de quatro parafuzos e fexadura para o tumulo e com/por os almarios na botica e fazer duas janellas da/ tulha e fazer duas barras para hospedes e hum guarda/ pó para a janella do P.e Confessor, e fazerlhe huma me/za e por huns paos no forro da sella, e por huns vidros na janella do P.e Capelão e compor huma fexadura para / huma grade." Livro da Feitoria, cód. CXXXII/1-13, fl. 52

<sup>30</sup> Livro da Feitoria, cód. CXXXII/ 1-13, fl. 55v.

<sup>31</sup> Livro da Feitoria, cód. CXXXII/1-13, fl. 65.

<sup>32</sup> Livro da Folha, cód. CXXXII/ 2-49, fl. 165.

<sup>33</sup> Livro da Folha, cód. CXXXII/ 2-49, fl. 166v.

<sup>34</sup> Livro da Feitoria, cód. CXXXII/1-13, fl. 65, aqui em Setembro de 1777.

<sup>35</sup> Livro da Folha, cód. CXXXII/ 2-49, fl. 179 v.

<sup>36</sup> "Despesa em hua precioza cruz de prata perfu/mada de ouro que se mandou fazer a Lisboa / e tem de pezo 17 marcos 3 onças e 18<sup>o</sup>/ deste pezo se habaterão 12 marcos, 5 onças e / 28<sup>as</sup> que pesou a

Cruz antiga e um/ Calix que já não servia e pôz o M.º para ella de sua prata 4 marcos 5 onças e 78<sup>as</sup> que a preço de/ 6400 por marco importou 30.300 réis.

<sup>37</sup> Idem, fl. 198 v.

<sup>38</sup> Livro da Feitoria, cód. CXXXII/1-16, fl. 49 v.

<sup>39</sup> Biblioteca Nacional de Lisboa, Cód. 1493, nº 1, E. 3-22.

<sup>40</sup> Livro da Feitoria, cód. CXXXII/1-21, fl.18 v.

<sup>41</sup> "Despesas extraordinárias - Gastos com as carretas a Alcaçer com os Gastos da Ordem por causa dos franceses - 1560 réis; Repartição - Despesa na dita de dinheiro às Religiosas na Evaquação do / Mosteiro por causa dos francesas a 18.200 réis cada huma - 709.800 réis. Despesa no frete do Tombo do Cartório do mosteiro para Setúbal por cauza dos Francezes - 1200 réis. Livro da Feitoria, cód. CXXXII/1-22, fl. 17.

<sup>42</sup> Livro de Feitoria, cód. CXXXII/1-28, fls. 4, 7 e 7v. - Obras de Abril a Agosto de 1825 e de Setembro a Dezembro do mesmo ano:" Despesa com a Quadra - 107.310 réis - carpinteiro, pedreiros e serventes, trabalhadores, thejolo, taboas e xamprons, pregos e miudezas, madeira (...) cal branca, caiadores, linhas de ferro, ralo, tejolo, adovo e telhons, mais 326.350 réis (...)"

<sup>43</sup> Livro da Feitoria, cód. CXXXII/1-29, fl.23v.

<sup>44</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo, IV/I/22(101): é-nos dada fiel descrição do edificio na altura, com um grande pátio quadrilongo, onde existia um hospício em que habitavam os Padres Confessor e Capelão - com 11 casas altas e 4 baixas -, armazém para azeite, 5 casas para criados, grande cavalariça, palheiro, alagariça, chafariz, portaria do mosteiro, celeiro e casa de despejo; no pavimento térreo, o Claustro, grande e belo, com uma capela, ao lado direito a Sacristia e o Coro de baixo. No primeiro piso, Claustro, casa da grade, Coro de cima; a nascente, grande terraço, e das outras três partes cinquenta e tantas casas onde habitavam as Madres. Teria dois Dormitórios, cozinha, casa do Mirante, Torre com três sinos e várias sinetas. Teria grande cerca toda murada, composta por grande olival, vinha, terra de semear, pomar, capela e pequena casa de cerqueira; junto à cerca, a horta. É da mesma altura a referência ao lagar de azeite, à grande casa com moinho de quatro pedras, a uma casa igual com duas varas para espremer a azeitona, pequeno armazém de azeite. Referenciam-se ainda as terras à volta do mosteiro, onde existiam 3 moradas de casas, 2 das quais habitadas por servos da casa e uma cabana de bois.

<sup>45</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo, IV/I/22(53).

<sup>46</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo, IV/I/22 (7).

<sup>47</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo, IV/I/22 (2).

<sup>48</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo, IV/I/22 (2): "(...) Cumpre-me declarar que a igreja do suprimido convento de S. Bento de Castris com quanto não seja um magestoso templo é todavia de solida construção e de regular architectura encontrando-se ainda em muito bom estado de conservação, que necessariamente a continuar ao abandono a que tem sido votada, se ressentirá bastante, vindo a época mais ou menos distante a deterioração até chegar à ruína, que vulgarmente nestes edificios principia pela falta de limpeza dos telhados, dando origem a infiltrações que começam a deteriorar os madeiramentos, seguindo-se-lhe depois a humidade à parte da alvenaria, etc. Actualmente na referida igreja só existe a capella mor em talha dourada e em perfeito estado de conservação e bem assim outras capellas lateraes mas de mais simples construção. A capella mor é dividida da igreja por uma grade em pedra mármore, em columnas muito bem trabalhadas, e a dita igreja é toda guarnecida em volta de painéis de azulejo, representando diversos assumptos religiosos(...)"

<sup>49</sup> É deste mosteiro o mais importante fundo musical existente na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora; aia em 1679, no Livro de Visitas - códice CXXXI/2-23- , a fl. 33 recomenda o Abade Geral Fr. Lourenço Botelho que as monjas “*não cantem, nem tanjam viola nem dancem nem no dormitório nem na Enfermaria*”. Este facto pode aliar-se à presença de Fr. António de Araújo, confessor neste mosteiro no triénio iniciado em 1678, exímio desenhador dos Livros de Coro, iluminando-os a ouro e outras cores, demonstrando o apreço votado à música em S. Bento de Cástris.

<sup>50</sup> Segundo o *Livro das Enleições das Abadessas trienais de S. Bento*, códice CXXXI/ 2-21 da Biblioteca Pública de Évora, D. Brites Pereira renunciou ao cargo por razões de idade, sendo votada, com 42 votos, a Madre D. Maria de Almeida, a quem Frei Bernardo de St.ª Maria entregou simbolicamente as chaves e o selo da Casa, e sentou na respectiva cadeira do Capítulo. Nas votações seguintes das três mais votadas eram escritos os respectivos nomes em três caixas, votando secretamente as religiosas (segundo o sistema de favas brancas e pretas).

## BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Martim Cardoso de - *História das Antiguidades de Évora*, Évora, Oficina da Universidade, 1739.
- BATAILLON, Marcel - “ Un Itinéraire Cistercien a travers d’Espagne et du Portugal du XVIème. siècle”, in *Mélanges d’Études Portugaises offerts à M. Georges Le Gentil*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1949.
- BOITO, C. - “ I nostri vechi monumenti. Conservare o Restaurare?”, in *Nuova Antologia*, 78, Roma, 1886.
- BRANDÃO, Frei António - “*Fundações dos Mosteiros de Cister deste Reyno*”, in *Primeira Parte da Monarchia Lusitana*, Lisboa, Imprensa Cresbeeckiana, 1690, Livro 12.
- BRANDI, Cesare - *Teoria de la Restauración*. Alianza Editorial, Madrid.
- BRITO, Fr. Bernardo de - *Crónica de Cyster*, Lisboa, 1602, Tomo V, Cap. XXXII.
- BRONSEVAL, Frère Claude de; SAULIEU, Edme - *Peregrinatio Hispanica*, Paris, P.U.F., 1970
- CASTRO, D. Miguel de - *Diffiniçoens da Ordem de Cistel: e Congregaçam de Nossa Senhora de Alcobaça*. Imprensa com licença da Sancta e Geral Inquisição, por António Alvarez Impressor, Lisboa, 1593 (Res. nº 23 da Biblioteca Pública de Évora).
- COCHERIL, P. Maur - *Études sur le Monachisme en Espagne et au Portugal*, *Collection Portugaise*, Lisboa, 1967/68.
- Id. - *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/ Centro Cultural Português, 1978
- Id. - *Notes sur l’architecture et le décor dans les abbayes cisterciennes du Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian / Centro Cultural Português, 1972.
- ELERPERK, Augusto Butler - “ Sinopsis de todas as ruas, praças, travessas, becos, igrejas, conventos, edifícios mais notáveis e algumas antiguidades da cidade de Évora, com a extensão d’alguns nomes das mesmas, e outras particularidades históricas - 1849”, in *A Cidade de Évora*, n.º 61762, 1978-79.
- ESPANCA, Túlio - *Património Artístico de Portugal. Concelho de Évora*, vol. I, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1966.
- Id. - *Património Artístico do Concelho de Évora. Arrolamento das Freguesias Rurais*, Évora, Câmara Municipal de Évora, 1966.
- FONSECA, P. Francisco da - *Évora Gloriosa*, Roma, 11728.
- GUSMÃO, Artur Nobre de - *A expansão da Arquitectura Borgonhesa e os mosteiros de Cister em Portugal*, Lisboa, 1956.
- PEREIRA, Gabriel - *Estudos Eborenses*, Vol. I, Évora, Ed. Nazareth, 1947, 2ª ed.
- RESENDE, André de - *História da Antiguidade da Cidade de Évora*, Lisboa, Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1783, 3ª ed.
- SILVA, José Custódio Vieira da - *O tardo-gótico em Portugal - A Arquitectura no Alentejo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.
- Statua Ordinis Cisterciensis*, Tomo I, 1134, (ed. actualizada)
- VITERBO, Sousa - *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portuguezes ou ao Serviço de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899, 1904 e 1923.